

Mesa da Câmara dá 200% de aumento para auxílio-moradia

Brasília — Em menos de um mês — do dia 21 de janeiro até ontem — os 107 deputados que recebem auxílio-moradia por não disporem de apartamento funcional tiveram um aumento de mais de 200% no valor do auxílio, passando de Cr\$ 8 mil para Cr\$ 25 mil. A decisão foi da Mesa Diretora da Câmara, que levou em conta o descongelamento dos preços das diárias dos hotéis. Isso vai representar para os contribuintes o total de Cr\$ 1 milhão 819 mil, a mais de despesas por mês com os constituintes. Em sete meses, o aumento dos valores do auxílio-moradia foi de 714%.

Segundo o 4º secretário da Mesa, deputado Cunha Bueno (PDS-SP), o aumento foi motivado pelos reajustes nas diárias dos hotéis permitidos pela Sunab, porque os valores vigentes não cobriam as necessidades. Ele adiantou também que a Câmara tem um déficit de 55 apartamentos, já que existem 432 imóveis para 487 deputados. O Departamento de Habitação da Câmara registra no entanto a concessão do auxílio-moradia para 107 deputados. Do mês de julho do ano passado até ontem, ocorreram três reajustes.

O primeiro foi em julho e passou o auxílio de Cr\$ 3 mil 500 para Cr\$ 8 mil, mais de 100%. O segundo ocorreu no dia 21 de janeiro, quando a Mesa aumentou de Cr\$ 8 mil para Cr\$ 11 mil. Ontem, a Mesa aprovou um percentual de aumento de mais de 100% sobre os valores reajustados há 27 dias, passando o auxílio para Cr\$ 25 mil.

Como a ajuda é para 107 deputados, os contribuintes pagarão Cr\$ 2 milhões 675 mil por mês para hospedarem esses constituintes em Brasília, Cr\$ 1 milhão 819 mil a mais do que gastavam em janeiro, quando o valor pago em auxílio-moradia pela Câmara era de Cr\$ 856 mil. Com isso, esses parlamentares passam a receber subsídio mensal de Cr\$ 80 mil, ao invés dos Cr\$ 55 mil pagos aos demais deputados.

Participação popular proposta em São Paulo pode ser restringida

São Paulo — A proposta do Plenário Pró-Participação Popular, apoiada pelo senador mais votado do país, Mário Covas (PMDB-SP), e pelas bancadas do PT e do PDT e que permitiria a influência da população na elaboração da Constituição, está sendo bombardeada por setores do PMDB e do PFL.

Nas mãos do senador Fernando Henrique Cardoso — relator do regimento da Constituinte — a emenda do "Plenário" estipula que 30 mil cidadãos brasileiros, devidamente documentados com o título de eleitor, podem subscrever uma proposta de lei.

Nos últimos dias, porém, a comissão executiva do "Plenário" vem obtendo informações de que setores da Constituinte estariam querendo restringir a participação ao não permitir que um mesmo cidadão possa assinar duas propostas diferentes de emendas à Constituição.



Brasília — Ana Carolina Fernandes

Após ouvir os discursos, Érico opinou: "Tem muito reacionário aqui"

Plenário decepciona galeria

Anarquista de 90 anos lamenta casa vazia e jovens ficam chocados com falta de atenção

Tânia Fusco

Brasília — Érico Magalhães da Silveira, 90 anos, veio de São Paulo "especialmente para ver umas cenas dessa última constituinte". Não gostou do que viu. "Tem muito reacionário aqui." Mas gostou de poder sentar-se na galeria do plenário do Congresso, que, segundo ele, está em Brasília graças à luta de seu irmão, Diógenes Magalhães da Silveira, autor de emenda que na Constituinte de 1946 determinou a transferência da capital do Brasil para o Planalto Central.

"Anarquista de convicção", paciente, ele passou a tarde sentado numa poltrona do lado direito da galeria do plenário. Ouviu todos os discursos, viu a movimentação dos parlamentares, identificou "os reacionários", e teve vontade de aplaudir os progressistas, como a deputada Benedita da Silva, do PT do Rio. Lamentou o plenário vazio: "É pena. Esse trabalho é muito importante."

Liberdade

Quer voltar outras vezes a assistir às sessões da Constituinte, "se a vida familiar e a advocacia permitirem". Porque o dr. Érico ainda advoga. Aliás, advoga desde 1917, quando se formou pela "gloriosa Escola de Direito de Recife, junto com Barbosa Lima Sobrinho", que, quando editor do Jornal do Brasil, "censurou um texto anarquista" de sua autoria. "Não publicou mesmo", conta.

Essa lembrança fez com que o dr. Érico manifestasse qual é o seu maior desejo do momento: "Que essa última Constituinte consiga garantir finalmente a total liberdade de pensamento e de transmissão de idéias."

"Os progressistas vão conseguir fazer alguma coisa. Têm que fazer, não é?", indagou, prometendo voltar hoje à galeria.

Pouco mais de 20 pessoas, como o velho advogado anarquista, assistiram ontem, das galerias, aos trabalhos dos constituintes no plenário da Câmara. Não gostaram do que viram: plenário vazio, desatenção dos poucos presentes aos discursos, nenhuma atenção com o tema mais importante em

discussão — o regimento, que será votado ainda essa semana.

"Está confirmado o que a gente ouve falar: casa vazia, discurso furado", lamentou a professora carioca Francisca Soares Aguiar, que, de férias em Brasília, fez questão "de ver a Constituinte de perto". Leva de volta "péssima impressão e pouca esperança".

No plenário, Francisca só identificou dois deputados fluminenses, Edmilson Valenti (PC do B) e Benedita da Silva (PT). Ficou "encantada" quando localizou o Lula entre os presentes. "Esse é bom", entusiasmou-se.

Decepção

Não havia entusiasmo algum entre os quatro jovens, estudantes universitários, que, "apavorados", ouviam os discursos dos parlamentares.

— Só o Genoíno do PT vê a realidade brasileira? — indagou Emanuel Câmara, 19 anos, estudante de medicina, residente em Brasília.

— Cadê os deputados, os senadores? Isso é um desrespeito com o nosso voto — indignou-se Haroldo Aguiar, 23 anos, estudante de filosofia em Fortaleza.

— Não sei para quem eles falam. Ninguém presta atenção. A coisa aqui é pior do que a imprensa mostra — concluiu Epiane Cavalcanti, 22 anos, cearense, recém-formada em serviço social.

— Me decepcionei completamente. O clima aqui está me fazendo mal — disse Alexandre Vidal Porto, 21 anos, paulista, advogado, atualmente cursando o Instituto Rio Branco.

Como os jovens, o funcionário público do Governo do Distrito Federal, Luís Carlos de Almeida, 49 anos, lamentava o vazio do plenário e o desinteresse dos parlamentares pelo debate.

"O mais afiado é o PT. Eles sabem o que querem, falam sobre a realidade brasileira. Estou muito bem impressionado com eles", concluiu, confessando: "Meu partido, o PMDB, está muito perdido. A gente tem que pressionar, protestar na rua para que essa Constituinte trabalhe de verdade. Assim não dá."

Brossard no Congresso ouve Itamar lembrar discurso de Tancredo

Brasília — Uma semana depois de escrever um artigo para o Correio Braziliense condenando, por indevida, a presença dos jornalistas no plenário da Constituinte, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, não só desrespeitou as normas que propôs como desconsiderou o regulamento da casa.

Presente ontem no Congresso — para "visitar o amigo Ivo Lech", um deputado paraplégico do PMDB gaúcho —, Brossard fez tudo o que gostaria de proibir a imprensa de fazer. Apesar de não ser constituinte, funcionário da casa ou jornalista credenciado, o ministro permaneceu no plenário por uma hora, conversando principalmente com parlamentares do PDS.

Na porta do plenário, o ministro teve um encontro incômodo com o senador Itamar Franco (PL-MG). Depois de trocar um abraço com Brossard, o senador sacou do bolso um documento e passou a lê-lo em voz alta: "A política nacional é como uma nau sem rumo. Navega ao sabor dos ventos, das incertezas. O país está perplexo, desorientado...". Constrangido, Brossard ensaiou uma caminhada rumo ao plenário. Mas Itamar deteve-o e perguntou:

— Ministro, este é um pronunciamento do presidente Tancredo Neves, quando ainda senador, em novembro de 1970. O que o senhor acha? Isto parece com alguma coisa?"

Brossard procurou desconversar, propôs ao senador "desenvolver a tese" e partiu.



Brasília — Ana Carolina Fernandes

Brossard ficou no plenário uma hora

Ulysses quer que nova Carta seja promulgada no dia 7 de setembro

Brasília — O deputado Ulysses Guimarães quer mesmo promulgar a nova Constituição até o dia 7 de setembro. Para isto, anunciou ontem que, ao invés de uma sessão a cada dia entre segunda e sexta-feira, convocará no mínimo três sessões diárias. Desse modo, calcula, haverá 60 sessões por mês ou 360 nos seis meses que faltariam até a conclusão do trabalho dos constituintes.

"A promulgação da Constituição no dia 7 de setembro significaria a independência da sociedade brasileira da Constituição autoritária que possuímos e de suas sequelas", afirmou Ulysses. Ele previu para as manhãs o funcionamento das comissões temáticas da Constituinte, abrindo também a possibilidade de que elas trabalhem à noite, após o encerramento das sessões no plenário. "Se Cristo multiplicou os pães", comparou, "nós podemos multiplicar o tempo."

Ulysses não quis falar sobre a realização de eleições diretas no ano que vem, a adoção ou não do parlamentarismo e a possibilidade de mudanças no atual texto pela Constituinte. Disse que estes assuntos ainda serão debatidos pelo partido e, no caso das diretas, também com o presidente José Sarney.

O presidente da Constituinte acredita, no entanto, que as definições serão rápidas se o próprio trabalho dos deputados e senadores andar rapidamente, como ele aconselha. "Devemos poupar o quanto antes a sociedade brasileira de uma legislação antidemocrática e profundamente danosa a seus interesses", disse.

Ulysses previu que a Constituinte poderá trabalhar inclusive nos fins de semana, começando com a discussão e votação do regimento interno. Mas a convocação para os sábados e domingos ocorrerá apenas em casos extraordinários. "Também não precisamos dar este show de competência", gracejou.

O presidente da Constituinte desmentiu, por outro lado, que pretenda licenciar-se da presidência do PMDB para se dedicar com exclusividade à elaboração da nova Constituição. "Já percebi que querem me licenciar, mas essas são apenas opiniões que ouço democraticamente."

Trabalho no Carnaval renderá Cr\$ 900 mil

Brasília — Os constituintes trabalharão nos próximos dois finais de semana somente para cumprir dispositivos regimentais e constitucionais. Sábado e domingo que vêm, vão discutir o regimento da Constituinte que deve ser votado até o final da próxima semana. No domingo de carnaval, vão trabalhar porque é dia 1º de março, data definida pela Constituição para a primeira sessão legislativa do Congresso Nacional. Por este trabalho extra, os parlamentares receberão cerca de Cr\$ 900 mil.

Para garantir a votação do regimento definitivo da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães convocou deputados e senadores para permanecerem em Brasília no próximo final de semana. E que o regimento precisa ser discutido por sete sessões. Como o substitutivo ao projeto original ficará pronto na sexta-feira, no sábado, serão realizadas duas sessões e, no domingo, três. Segunda e terça-feira, serão completadas as sete sessões e, a partir daí, o regimento entrará na fase de votação.

Isso não significa que todos os constituintes estarão em plenário nas sessões de sábado e domingo, mas serão pagos jetons extras no valor de Cr\$ 269,90 para cada parlamentar em cada sessão, ou seja, um custo total de Cr\$ 150 mil por sessão ou Cr\$ 750 mil pelas cinco sessões de final de semana.

No domingo de carnaval, ocorrerá a reabertura dos trabalhos legislativos, segundo prevê o artigo 81 da Constituição. É uma sessão solene, de abertura da 48ª legislatura. Também como prevê a Constituição, a Mesa será composta pelos presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo Tribunal Federal, bem como pelos quatro secretários do Senado.

Como se trata de sessão do Congresso — sessão conjunta da Câmara e Senado —, ela será presidida pelo presidente do Congresso, o senador Humberto Lucena. Nesta sessão solene, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, trará ao Legislativo a mensagem presidencial.

A mensagem consiste em um preâmbulo do presidente da República, que é lido para os parlamentares, e vários capítulos, referentes a cada ministério, que fazem um relato aos congressistas da situação de cada pasta. Depois disso, o presidente do Congresso faz um discurso e a sessão se encerra.

Porta-voz avisa que Sarney quer Aliança assumindo decisões

Brasília — Preocupado com a onda de críticas que o governo vem sofrendo dentro do próprio PMDB e da Frente Liberal, o presidente José Sarney determinou ontem a seu porta-voz, Frota Neto, que convocasse os repórteres para transmitir um recado direto: "O presidente Sarney quer a co-participação da Aliança Democrática no processo decisório, mas quer também a solidariedade nesse processo."

Há dois dias, Frota Neto anunciou que pretendia se pronunciar sobre as críticas ao governo que estão partindo dos próprios partidos da Aliança Democrática, sobretudo no campo da economia. Ontem, convocou os repórteres credenciados no Palácio do Planalto e avisou que iria fazer uma "análise do governo Sarney com os partidos da Aliança". Foi uma longa entrevista, cheia de indiretas para os políticos que têm criticado o governo.

Frota começou lembrando que o presidente sempre buscou ser uma síntese da Aliança Democrática e chamou a atenção para o fato de que toda a área econômica do governo está dominada por ministros identificados com o PMDB. "E o presidente tem sido totalmente fiel ao programa do PMDB", continuou seu porta-voz. Segundo Frota Neto, as críticas não têm partido propriamente do PMDB ou do PFL, mas de "algumas vozes" dentro desses partidos.